

4ª Edição - 2020

EXAME



C N P C



CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE

Perito Contábil

NOME: _____

N.º DE INSCRIÇÃO: _____

4º EXAME DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA PARA PERITOS

Questão 1 - O perito contábil nomeado para atuar no processo YY, depois de cumprido com sua obrigação, protocola o Laudo Pericial Contábil. As partes, insatisfeitas com as respostas apresentadas nos quesitos de esclarecimentos, requerem ao Juízo, que o Perito seja ouvido em audiência, nos termos do Código do Processo Civil – Lei n.º 13.105/2015. Com base na situação exposta, assinale a opção **CORRETA:**

- Enquanto depuserem o perito, os assistentes técnicos, as partes e as testemunhas, poderão os advogados e o Ministério Público intervir ou apartear, sem licença do juiz.
- **Resposta: Enquanto depuserem o perito, os assistentes técnicos, as partes e as testemunhas, não poderão os advogados e o Ministério Público intervir ou apartear, sem licença do juiz.**
- Enquanto depuserem o perito, os assistentes técnicos, as partes e as testemunhas, poderão os advogados e o Ministério Público intervir ou apartear, apresentando outros quesitos de esclarecimentos, sem licença do juiz.
- Enquanto depuserem o perito, os assistentes técnicos, as partes e as testemunhas, não poderão os advogados e o Ministério Público intervir ou apartear, apresentando outros quesitos de esclarecimentos sem licença do juiz.

Questão 2 - No curso de um exame pericial contábil, o contador A realizou diligências periciais com o intuito de aprofundar as análises sobre a situação patrimonial e financeira da empresa BETA. Por se tratar de uma análise realizada em um processo de recuperação judicial, o contador A solicitou a Demonstração de Fluxo de Caixa (DFC) do período, pois objetivou extrair informações relevantes sobre a situação financeira da empresa. Sobre tal demonstração, julgue os itens abaixo e, em seguida, assinale a alternativa **CORRETA:**

- I. A demonstração dos fluxos de caixa deve apresentar os fluxos de caixa do período classificados por atividades operacionais, de investimento e de financiamento.
- II. A entidade deve apresentar seus fluxos de caixa advindos das atividades operacionais, de investimento e de financiamento da forma que seja menos apropriada aos seus negócios.
- III. A classificação por atividade proporciona informações que permitem aos usuários avaliar o impacto de tais atividades sobre a posição financeira da entidade e o montante de seu caixa e equivalentes de caixa. Essas informações podem ser usadas também para avaliar a relação entre essas atividades.
- IV. Uma única transação pode incluir fluxos de caixa classificados em mais de uma atividade. Por exemplo, quando o desembolso de caixa para pagamento de empréstimo inclui tanto os juros como o principal, a parte dos juros pode ser classificada como atividade operacional, mas a parte do principal deve ser classificada como atividade de financiamento.

Estão **CORRETOS** os itens:

- I, II e III, apenas.
- III e IV, apenas.
- II e IV, apenas.
- **Resposta: I, III e IV, apenas.**

Questão 3 - O contador A foi nomeado como perito judicial nos autos de ação judicial com a finalidade de realizar perícia contábil-financeira para aferir a capacidade de pagamento da empresa Alfa, em face de uma dívida previdenciária com a União. Nos autos do processo, identificou uma decisão judicial proferida pelo Exmo Juiz de Execuções Fiscais que fazia referência à expressão “fluxos de caixa em base líquida”. Considerando o que dispõe a norma brasileira de contabilidade sobre Demonstração dos Fluxos de Caixa sobre o tema, julgue os itens abaixo e, em seguida, assinale a alternativa CORRETA:

- Os fluxos de caixa advindos das atividades operacionais, de investimento e de financiamento podem ser apresentados em base líquida nas situações em que houver recebimentos de caixa e pagamentos em caixa em favor ou em nome de clientes, quando os fluxos de caixa refletirem mais as atividades dos clientes do que as da própria entidade.
- Os fluxos de caixa advindos das atividades operacionais, de investimento e de financiamento podem ser apresentados em base líquida nas situações em que houver recebimentos de caixa e pagamentos em caixa referentes a itens cujo giro seja rápido, os montantes sejam expressivos e os vencimentos sejam de curto prazo.
- Os fluxos de caixa advindos das atividades operacionais, de investimento e de financiamento não podem ser apresentados em base líquida nas situações em que houver recebimentos de caixa e pagamentos em caixa em favor ou em nome de clientes, quando os fluxos de caixa refletirem mais as atividades dos clientes do que as da própria entidade.
- Os fluxos de caixa advindos das atividades operacionais, de investimento e de financiamento podem ser apresentados em base líquida nas situações em que houver recebimentos de caixa e pagamentos em caixa referentes a itens cujo giro seja rápido, porém em que os montantes não sejam expressivos e os vencimentos sejam de curto prazo.

Estão CORRETOS os itens:

- I, II e III, apenas.
- III e IV, apenas.
- **Resposta: I e II, apenas.**
- I, II, III e IV.

Questão 4 – QUESTÃO ANULADA - Ao longo de uma demanda judicial, o Juízo acatou o requerimento das partes para a realização de uma perícia consensual nos autos de uma ação de cobrança. Desta forma, as partes escolheram o contador B como perito judicial, escolha esta deferida pelo Juízo. Ao longo dos seus exames, o contador B foi instado pelos assistentes técnicos das partes a se posicionar sobre o valor de alguns ativos intangíveis objeto da perícia. Sobre estes ativos, as partes concordaram com as afirmações do perito judicial, exceto por uma questão pontual, por entenderem que estava em desacordo com a norma brasileira de contabilidade sobre Ativo Intangível. Sobre este assunto, assinale a opção INCORRETA:

- O website da entidade que decorreu da fase de desenvolvimento e se destinou ao acesso interno ou externo constitui um ativo intangível gerado internamente e que está sujeito aos requerimentos da NBC TG 04.
- Qualquer gasto interno com o desenvolvimento e com o funcionamento do website de uma entidade deve ser contabilizado em conformidade com a NBC TG 04. A natureza de cada atividade que tenha gerado gasto (por exemplo, formação de empregados e manutenção do website) e a fase de desenvolvimento ou pós-desenvolvimento do website devem ser avaliadas para determinar o tratamento contábil apropriado.
- Constitui-se como intangível de uma entidade a lista de clientes, onde ela espera ser capaz de obter benefícios da informação contida na lista por pelo menos durante um ano, mas não mais do que três anos.
- A lista de clientes deveria ser amortizada durante a melhor estimativa da administração em relação à sua vida útil econômica. Por outro lado, a lista de clientes não seria analisada quanto à necessidade de reconhecimento de perda por desvalorização.

Questão 5 – No curso de um processo administrativo fiscal, o contador A foi contratado como assistente técnico do contribuinte. Em suas análises, o contador A constatou que o lançamento realizado pelo Fisco estava lastreado na interpretação dada pela autoridade fiscal acerca de alguns conceitos presentes na norma brasileira de contabilidade sobre Ajuste a Valor Presente, conforme destacado a seguir. Acerca desse assunto, julgue os itens abaixo e, em seguida, assinale a opção **CORRETA.**

- I. Ativos e passivos monetários com juros implícitos ou explícitos embutidos devem ser mensurados pelo seu valor presente quando do seu reconhecimento inicial, por ser este o valor de custo original dentro da filosofia de valor justo (*fair value*).
- II. As reversões dos ajustes a valor presente dos ativos e passivos monetários qualificáveis não devem ser apropriadas como receitas ou despesas financeiras, a não ser que a entidade possa devidamente fundamentar que o financiamento feito a seus clientes faça parte de suas atividades operacionais, quando então as reversões serão apropriadas como receita operacional.
- III. Passivos não contratuais são aqueles que apresentam maior complexidade para fins de mensuração contábil pelo uso de informações com base no valor presente. Fluxos de caixa ou séries de fluxos de caixa estimados são carregados de incerteza, assim como são os períodos para os quais se tem a expectativa de descaixe ou de entrega de produto/prestação de serviço. Logo, muito senso crítico, sensibilidade e experiência são requeridos na condução de cálculos probabilísticos. Pode ser que, em determinadas situações, a participação de equipe multidisciplinar de profissionais seja um imperativo para a execução da tarefa.
- IV. A obrigação para a retirada de serviço de ativos de longo prazo, qualificada pela literatura como Asset Retirement Obligation (ARO), não é um exemplo de passivo não contratual já observado em companhias que atuam no segmento de extração de minérios metálicos, de petróleo e termonuclear, ajustando-o a valor presente.

Estão **CORRETOS** os itens:

- I, II e III, apenas.
- **Resposta: I e III, apenas.**
- I e II, apenas.
- I, II, III e IV.

Questão 6 – Uma disputa arbitral firmada entre duas empresas (A e B) culminou na determinação de perícia contábil. Após a apresentação do laudo pericial contábil, as partes impugnam alguns pontos apresentados pelo perito, pois entenderam que estava em desacordo com a norma brasileira de contabilidade sobre Negócios em Conjunto. Desta forma, analise as alternativas e assinale a INCORRETA.

- A empresa possuía um acordo com B, segundo o qual A e B têm, cada qual, 35% dos direitos de voto no acordo, sendo que os 30% restantes estão amplamente dispersos. Decisões sobre as atividades relevantes exigem a aprovação da maioria dos direitos de voto. A e B não têm o controle conjunto do negócio, pois o acordo contratual não especifica que decisões sobre as atividades relevantes do negócio exigem a concordância tanto de A quanto de B.
- **Resposta: A empresa possuía um acordo com B e C: A tem 50% dos direitos de voto no negócio, B tem 30% e C tem 20%. O acordo contratual entre A, B e C especifica que, no mínimo, 75% dos direitos de voto são necessários para a tomada de decisões sobre as atividades relevantes do negócio. Embora A possa bloquear qualquer decisão, ela não controla o negócio, pois precisa da concordância de B. Os termos de seu acordo contratual que exigem no mínimo 75% dos direitos de voto para a tomada de decisão sobre as atividades relevantes sugerem que A e B têm controle conjunto do negócio, já que as decisões sobre as atividades relevantes do negócio podem ser tomadas sem a concordância tanto de A quanto de B.**
- A empresa possuía um acordo com B e D: A tem 50% dos direitos de voto no acordo e B e D têm, cada qual, 25%. O acordo contratual entre A, B e D especifica que no mínimo 75% dos direitos de voto são necessários para a tomada de decisão sobre as atividades relevantes do negócio. Embora A possa bloquear qualquer decisão, ela não controla o negócio, pois precisa da concordância de B ou de D. Nesse exemplo, A, B e D controlam coletivamente o negócio. Contudo, há mais de uma combinação das partes que podem concordar para atingir 75% dos direitos de voto (ou seja, A e B ou A e D). Nessa situação, para ser um negócio em conjunto, o acordo contratual entre as partes precisaria especificar qual combinação das partes deve concordar de forma unânime para a tomada de decisão sobre as atividades relevantes do negócio.
- A empresa possuía um acordo com B, segundo o qual A e B têm, cada qual, 35% dos direitos de voto no acordo, sendo que os 30% restantes estão amplamente dispersos. Decisões sobre as atividades relevantes exigem a aprovação da maioria dos direitos de voto. A e B têm o controle conjunto do negócio somente se o acordo contratual especificar que decisões sobre as atividades relevantes do negócio exigirem a concordância tanto de A quanto de B.

Questão 7 – **QUESTÃO ANULADA - Com base no parecer pericial contábil divergente, subscrito pelo assistente técnico do réu, o laudo pericial contábil foi impugnado em**

uma ação judicial cujo objeto era a apuração de haveres de sócio dissidente. Os pontos de divergência técnica apresentados no referido parecer tratavam de operações de empréstimos e sua contabilização. A seguir, constam os fundamentos apresentados nos pareceres dos assistentes técnicos. Com base na Norma Brasileira de Contabilidade julgue as afirmações feitas pelos assistentes técnicos e, em seguida, assinale a opção **CORRETA**.

- I. Um ativo normalmente está pronto para seu uso ou venda pretendida quando a construção física do ativo estiver finalizada, mesmo que o trabalho administrativo de rotina possa ainda continuar. Se modificações menores, tal como a decoração da propriedade sob especificações do comprador ou do usuário, resumirem-se a tudo o que está faltando, isso é indicador de que, substancialmente, todas as atividades estão completas.
- II. Quando a entidade completa a construção de ativo qualificável em partes e cada parte pode ser usada enquanto a construção de outras partes continua, a entidade não deve cessar a capitalização dos custos de empréstimos quando completar, substancialmente, todas as atividades necessárias ao preparo daquela parte para seu uso ou venda pretendida.
- III. Um centro de negócios compreendendo diversos edifícios, cada um deles podendo ser usado individualmente, não é um exemplo de ativo qualificável no qual cada parte está em condições de ser usada enquanto a construção das outras partes continua. Um exemplo de ativo qualificável que precisa estar completo antes de qualquer parte poder ser usada é o de uma planta industrial que envolve diversos processos que são executados sequencialmente nas diversas partes da planta no mesmo local, tais como uma siderúrgica.
- IV. A entidade deve suspender a capitalização dos custos de empréstimos durante períodos extensos nos quais as atividades de desenvolvimento do ativo qualificável são interrompidas.

Estão **INCORRETOS** os itens:

- I, II e III, apenas.
- II e III, apenas.
- I e II, apenas.
- I, II, III e IV.

Questão 8 – Em um processo judicial, o juiz deferiu perícia contábil com a finalidade de apurar valores que seriam devidos pelo réu aos autores. O juiz deferiu a escolha dos peritos pelas partes: um contador, um economista, um engenheiro. Ao contador coube mensurar as receitas questionadas, tomando por base a norma brasileira de contabilidade sobre Receita de Contrato com Cliente. Com base nestes dados, julgue os itens abaixo e, em seguida, assinale a opção **CORRETA.**

- I. A situação exposta na questão trata de perícia complexa, prevista na lei n.º 13.105, de 16 de março de 2015, uma vez que abrange mais de uma área de conhecimento especializado, permitindo ao juiz nomear mais de um perito, e à parte indicar mais de um assistente técnico.
- II. Trata-se de perícia consensual, em que as partes escolhem os peritos.
- III. A entidade deve considerar os termos do contrato e suas práticas de negócios usuais para determinar o preço da transação. O preço da transação é o valor da contraprestação à qual a entidade espera ter direito em troca da transferência dos

bens ou serviços prometidos ao cliente, excluindo quantias cobradas em nome de terceiros (por exemplo, alguns impostos sobre vendas). A contraprestação prometida em contrato com o cliente pode incluir valores fixos, valores variáveis ou ambos.

- IV. Para fins de determinação do preço da transação discutido no caso analisado, a entidade deve presumir que os bens ou serviços serão transferidos ao cliente conforme prometido, de acordo com o contrato existente, o qual não será cancelado, renovado ou modificado.

Estão **CORRETOS** os itens:

- I, II e III, apenas.
- II e III, apenas.
- I e II, apenas.
- **Resposta: I, II, III e IV.**

Questão 9 – QUESTÃO ANULADA - O contador J, no exercício da perícia contábil, foi contratado para emitir uma opinião sobre o estado financeiro da empresa L. A demonstração contábil apresentada para o exame pericial foi a Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC) elaborada pelo método indireto. O fluxo de caixa das operações apresentou o valor de R\$150.000,00 inclusa a depreciação de R\$50.000,00. Com base no enunciado, assinale a opção CORRETA.

- A mudança de método indireto para direto não altera o valor do fluxo de caixa das operações.
- Se a DFC tivesse sido elaborada pelo método direto, o fluxo de caixa das operações teria sido de R\$100.000,00.
- Se a DFC tivesse sido elaborada pelo método direto, o fluxo de caixa das operações teria sido de R\$200.000,00.
- Nenhuma das alternativas responde corretamente à questão.

Questão 10 – O Contador A foi contratado como assistente técnico para emitir uma opinião sobre o valor da Receita Líquida que consta da Demonstração de Resultado (DRP) da empresa K, no valor de R\$10.500.000,00. Com base neste enunciado, considerando as rubricas e valores que resultam no montante da receita líquida da DRP periciada, marque a alternativa CORRETA.

- Receita bruta de vendas R\$15.000.000,00; ICMS das compras R\$ 4.000.000,00; PIS/COFINS das vendas R\$500.000,00.
- Receita bruta de vendas R\$15.000.000,00; ICMS das vendas R\$5.000.000,00; receita financeira R\$500.000,00.
- **Resposta: Receita bruta de vendas R\$15.000.000,00; ICMS das vendas R\$3.000.000,00; PIS/COFINS das vendas R\$1.500.000,00.**
- Todas as respostas estão corretas.

Questão 11 – Em linhas gerais, sem prejuízo, são garantidos ao assistente técnico – pessoa física ou pessoa jurídica - o acesso e o acompanhamento das diligências e dos

exames que o perito nomeado realizar para, ao final, emitir seu parecer com remessa ao seu contratante. A realização dos exames propriamente ditos, as discussões e as opiniões técnicas sobre a questão restarão limitadas a sua natureza, e a exigência estará vinculada às prerrogativas de uma profissão, a exemplo de: investigação de DNA, anomalias na estrutura de uma edificação, apuração de haveres em uma dissolução societária, capacidade laboral, regularidade de lançamento contábil, análise econômica, avaliação de capacidade para atos da vida civil.

É assegurado pela nossa Carta Magna o livre exercício de qualquer trabalho, ofício e profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer. As qualificações profissionais aos contadores, enquanto profissão, suas prerrogativas para os trabalhos de perícia contábil e forma de atuação – individual ou organizados em sociedade, encontram-se regulamentadas pelo Decreto-Lei n.º 9.295/1946 e normativos editados e publicados pelo Conselho Federal de Contabilidade. Com relação às prerrogativas e no registro profissional dos contadores e das organizações contábeis, julgue os itens a seguir como verdadeiros (V) ou falsos (F) e, em seguida, marque a opção **CORRETA**:

- I. Toda e qualquer sociedade que explorar os serviços técnico-contábeis, em qualquer das suas especialidades – a exemplo de assistência técnica, judicial ou administrativa, em matéria contábil – deverão estar registradas no Conselho Profissional da sua jurisdição como Organização Contábil.
- II. É permitido ao contador, no desempenho da sua função, facilitar, por qualquer meio, o exercício da profissão aos habilitados e desimpedidos e assinar laudos ou pareceres elaborados por outrem alheio a sua orientação, supervisão ou revisão.
- III. Os profissionais da contabilidade e as organizações contábeis que prestam serviços-técnicos de contabilidade, em qualquer das suas especialidades – a exemplo da perícia contábil, estão sujeitos à fiscalização dos Conselhos de Contabilidade.
- IV. No trabalho pericial, é necessário aplicar os procedimentos técnicos científicos, respeitando a área de formação (especialidade), as regras da sua ciência, da sua área de conhecimento e da profissão, para, ao final, se chegar e certificar a verdade dos fatos revelados pelas provas disponíveis, com segurança.

A sequência **CORRETA** é:

- V, V, F, V.
- **Resposta: V, F, V, V.**
- F, V, V, V.
- V, V, V, V.

Questão 12 – Com base no Código de Processo Civil, a testabilidade da prova pericial se faz por meio de revisão pelos pares (assistentes técnicos das partes) para que estes possam verificar a possibilidade de erros, divergências e omissões no laudo pericial produzido pelo perito nomeado. É o rito da prova pericial para que se possa alcançar a confiabilidade técnica da prova e a verdade dos fatos (percepção técnica). Considerando a atuação do contador na perícia, julgue os itens a seguir e, assinale a alternativa **INCORRETA:**

- Desempenhar a assistência técnica, em uma perícia judicial ou administrativa, implica aprofundar-se no conteúdo de um laudo pericial, realizar testes, amparar-se em métodos, investigar e examinar as provas existentes para expressar a opinião técnica o que, *per se*, revela a necessidade em observar a formação necessária na área de conhecimento profissional e habilitação legal.
- O contador ou a organização contábil contratado para prestar assistência técnica pericial deverá estabelecer no seu contrato de prestação de serviços, de forma clara e objetiva, os direitos e deveres das partes contratantes, cuidando para delimitar os limites e a extensão da sua responsabilidade técnica, para que possa permitir a segurança das partes e o regular desempenho das obrigações assumidas.
- **Resposta: A arguição de impedimento ou a suspeição do perito nomeado deverá ser apresentada pela parte interessada, em petição fundamentada e devidamente instruída. Por se tratar de uma questão de ordem pública, deverá ser apresentada em até 15 (quinze) dias, contados da data da entrega do laudo pericial.**
- O princípio da Objetividade impõe aos contadores a obrigação de não comprometer seu julgamento profissional em decorrência de comportamento tendencioso, conflito de interesse ou influência indevida de outros. No caso do perito contábil, há situações que podem defrontar-se com um conflito de interesse quando empreender um serviço profissional e for nomeado em um processo em que o seu contratante figura como parte.

Questão 13 – A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é no sentido de que a destituição do perito do juízo pode se dar por falta de conhecimento, técnico ou científico, ou de desídia, além da quebra de confiança entre o auxiliar e o magistrado. Com isso, é possível a alteração de perito do juízo no curso de uma perícia, se isso for necessário para a lisura da prova e do processo, mesmo que apenas para esclarecimentos suplementares, cabendo ressaltar que os trabalhos inicialmente elaborados podem ser considerados válidos, apesar de incompletos, ensejando a nomeação de novo profissional tão só para complementá-los.

Considerando o quadro fático de destituição de um perito contábil e seu conseqüente apenamento em processo ético-disciplinar no Conselho Regional de Contabilidade de sua jurisdição, à luz das Normas Brasileiras de Contabilidade, assinale a opção INCORRETA.

- O contador que tiver suspenso o exercício profissional, em decisão transitada em julgado, terá o seu registro baixado no Cadastro Nacional dos Peritos Contábeis (CNPIC/CFC).
- O termo “responsabilidade” refere-se à obrigação do perito em respeitar os princípios da ética e do direito, atuando com lealdade, idoneidade e honestidade no desempenho

de suas atividades, sob pena de responder civil, criminal, ética e profissionalmente por seus atos.

- **Resposta: Caso ocorra a negativa da entrega dos elementos de prova formalmente solicitados ao perito do juízo, é facultado ao assistente técnico se reportar diretamente ao Magistrado, narrando os fatos e solicitando as providências cabíveis.**
- O termo “zelo”, para o perito, refere-se ao cuidado que ele deve dispensar na execução de suas tarefas, em relação a sua conduta, a documentos, a prazos, a tratamento dispensado às autoridades, a integrantes da lide e a demais profissionais, de forma que sua pessoa seja respeitada, seu trabalho seja levado a bom termo e, conseqüentemente, o laudo pericial contábil e o parecer técnico-contábil sejam dignos de fé pública.

Questão 14 – Não incomum a imunidade ou isenção das entidades de assistência social, nos tributos diretos e indiretos, serem questionados em processo administrativo fiscal (PAF), quer municipal (ISS e IPTU) ou Federal (IR, CSLL, PIS, Cofins e Contribuição previdenciária). Um dos requisitos previstos no Código Tributário Nacional que devem ser respeitados por essas entidades é a manutenção da escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades capazes de assegurar sua exatidão. Com base nas Normas Brasileiras de Contabilidade, sobre a escrituração contábil das instituições de assistência social, é CORRETO afirmar que:

- os registros contábeis devem evidenciar as contas de receitas e despesas, exceto as gratuidades, superávit ou déficit, de forma segregada, identificáveis por tipo de atividade, tais como educação, saúde, assistência social e demais atividades.
- O resultado de cada exercício (saldo do confronto das receitas e das despesas: positivo, negativo ou zero), no caso das entidades sem fins lucrativos, é levado para as contas do Patrimônio Líquido, nas rubricas superávit ou déficit, de forma segregada das demais contas. O valor do superávit ou déficit não deve ser incorporado ao Patrimônio Social.
- **Resposta: o reconhecimento e a mensuração das receitas e das despesas nas contas próprias de resultado, de acordo com o Pronunciamento Técnico–Estrutura Conceitual para Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis, estão relacionados ao conceito de capital e de manutenção de capital pela entidade na elaboração das suas demonstrações contábeis.**
- em se tratando de escrituração contábil, o reconhecimento é o processo que consiste na incorporação ao balanço patrimonial ou à demonstração do resultado de item que se enquadre na definição de elemento e que satisfaça aos critérios de reconhecimento próprio previstos nas Normas Brasileiras de Contabilidade. Exige do contador a capacidade para analisar, reconhecer, mensurar, registrar dados e apresentar informações de forma organizada e inteligível à sociedade, independente das características qualitativas da informação contábil-financeira útil e suas restrições.

Questão 15 – O dever de esclarecimento do perito nomeado, previsto no Código de Processo Civil, tem por finalidade sanar dúvidas ou divergências concretas de qualquer das partes, do juiz ou do órgão do Ministério Público, não servindo como meio para objeção da conclusão adotada pelo perito do juízo em virtude de laudo

desfavorável. Com base nesses dados, julgue os itens abaixo e, em seguida, assinale a opção CORRETA:

- I. Se os pareceres das partes colacionados aos autos, dentro do prazo, não fornecerem deficiências e incorreções com detalhamento suficiente a desqualificar a conclusão do laudo judicial, este último deve prevalecer.
- II. Para que a prova pericial possa alcançar a confiabilidade técnica compete ao juiz e as partes adentrarem no conteúdo do laudo e realizar a análise técnica da sua conclusão.
- III. o juiz intimará somente o assistente técnico do réu a comparecer à audiência de instrução e julgamento, para esclarecer as objeções apontadas nos pareceres emitidos acerca da conclusão adotada pelo *expert* em virtude de laudo desfavorável.
- IV. o juiz apreciará a prova pericial constante nos autos, de acordo com o Código de Processo Civil, e deverá indicar na sentença os motivos que o levaram a considerar ou não as conclusões do laudo.

Estão CORRETOS apenas os itens:

- I e II.
- **Resposta: I e IV.**
- II e III.
- III e IV.

Questão 16 – O Código de Processo Civil autoriza a substituição do perito nomeado, quando, entre outros casos, ele omitir informação relevante; não observar o prazo de entrega do laudo pericial ou que deixar de prestar os esclarecimentos ao juízo; reter indevidamente o processo físico. Com relação à responsabilidade civil e ética do perito contábil, julgue os itens a seguir como verdadeiros (V) ou falsos (F) e, em seguida, marque a opção CORRETA.

- I. A omissão de informação relevante ao juízo e a retenção indevida de processo (físico) pelo perito contador nomeado, sem apresentar justificativa plausível, consubstancia-se em condutas graves e que podem levar: a sua destituição, comunicação ao Conselho de Classe para a apuração e punição por infração ao Código de Ética Profissional do Contador; inabilitação para exercer o cargo de perito pelo prazo de até 5 (cinco) anos; multa sobre o valor da causa; restituição do valor recebido dos honorários adiantados, sem prejuízo de outras indenizações, cíveis e penais, conforme o caso.
- II. não ocorrendo a restituição voluntária pelo perito substituído dos valores por ele recebidos pelo trabalho não realizado, no prazo de 15 (quinze) dias, caberá à parte que tiver realizado o adiantamento dos honorários promover a sua execução, com fundamento na decisão que determinar a devolução do numerário.
- III. O perito não tem legitimidade para recorrer nos autos contra a decisão que o destituiu do encargo judicial e o condenou as sanções previstas em lei.
- IV. A falta de zelo e diligência no desempenho das atividades pelo perito contábil é infração ética sancionada, segundo a gravidade, com a aplicação de uma das seguintes penalidades: advertência, censura reservada ou censura pública.

A sequência CORRETA é:

- **Resposta:** V, V, V, V.
- V, V, F, V.
- F, V, V, V.
- V, F, F, V.

Questão 17 – Em uma ação de apuração de haveres, por meio de decisão interlocutória, foi deferida a perícia e nomeado o perito contador não inscrito no cadastro de peritos mantido pelo Tribunal de Justiça da Bahia (TJBA). No prazo, as partes apresentaram os seus quesitos e indicaram seus assistentes técnicos, e o perito nomeado apresentou sua proposta de honorários, está homologada pelo Magistrado. As partes foram informadas, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias, sobre o início da realização dos trabalhos periciais. Os assistentes técnicos acompanharam a perícia, e o laudo pericial foi entregue no prazo fixado de 30 dias. Diante de tal situação hipotética, é CORRETO afirmar que:

- o juiz determinará, de ofício ou a requerimento da parte, a desconsideração do laudo pericial e a realização de nova perícia porque foi constatado que o perito contador nomeado não possui cadastro naquele Tribunal (TJBA).
- **Resposta:** o laudo pericial será considerado, pois foi protocolado dentro do prazo legal e sem impugnação pelas partes.
- se trata de perícia complexa que abrange mais de uma área de conhecimento especializado, razão pela qual o juiz considerará as conclusões do laudo pericial e dos pareceres dos assistentes técnicos na sua tomada de decisão.
- a nomeação do perito é de livre escolha pelo juiz e deverá recair sobre profissional ou órgão técnico ou científico comprovadamente detentor do conhecimento na matéria objeto da perícia, sendo desnecessária a inscrição no cadastro do tribunal, nos termos do Código de Processo Civil.

Questão 18 – O contador A foi contratado como assistente técnico em um processo judicial movido pelo Ministério Público Estadual em desfavor do Governador do Estado X. O objeto do exame pericial envolveu operações realizadas pelo governo estadual com empresas públicas e investimentos em coligadas, bem como empreendimentos controlados em conjunto. Consoante a norma brasileira de contabilidade sobre Investimento em Coligada e em Empreendimento Controlado em Conjunto, assinale a alternativa INCORRETA:

- Na fase de planejamento, o assistente técnico deverá conhecer, entre outros, o conceito de empresa coligada e acordo vinculante, que são definidos pela norma brasileira de contabilidade, respectivamente como: a entidade sobre a qual o investidor tem influência significativa; é aquele que confere direitos e obrigações executáveis às partes como se fosse na forma de contrato.
- Durante os exames, o assistente técnico constatou que a empresa pública firmou um acordo em conjunto, ou seja, firmou um acordo pelo qual duas ou mais partes têm controle em conjunto.
- A perícia constatou que a empresa periciada possui alguns empreendimentos controlados em conjunto, ou seja, possui um acordo por meio do qual as partes controlam em conjunto o empreendimento e possuem direitos em seus ativos líquidos.

- **Resposta:** Uma das conclusões do parecer técnico-pericial foi que a empresa pública possui influência significativa sobre outra entidade, ou seja, possui o poder de participar nas decisões de políticas financeiras e operacionais, controlando, individualmente ou conjuntamente, essas políticas.

Questão 19 – Em uma ação judicial movida por uma concessionária de serviços públicos contra a União, o juiz do feito determinou a realização de perícia contábil tendo por objeto avaliar o valor justo cobrado pelo concessionário, em face das disposições contratuais. Considerando as disposições constantes na norma brasileira de contabilidade sobre Contratos de Concessão, bem como as normas de perícia contábil e o Código de Processo Civil, assinale a alternativa INCORRETA.

- Durante a execução dos seus trabalhos, o perito necessitará certificar que se trata de um contrato de concessão, avaliando a sua essência e adequação à norma brasileira de contabilidade, atentando-se que uma característica desses contratos de prestação de serviços é sua natureza de serviço público, que fica sob a responsabilidade do concessionário.
- Ao constatar que se trata realmente de um contrato coberto pela norma brasileira de contabilidade, o perito identificou que o contrato de prestação de serviços obriga expressamente o concessionário a prestar os serviços à população em nome do órgão público.
- **Resposta:** Para a execução dos trabalhos periciais, o perito deverá conhecer os conceitos que envolvem as partes e contrapartes do contrato, sabendo que o concessionário é responsável ao menos por parte da gestão da infraestrutura e serviços relacionados, atuando apenas como mero agente, em nome da concedente.
- Durante diligências, o perito certificou que o contrato não estabelece regras para as revisões de valor durante a sua vigência. Desta forma, concluiu que as cláusulas não estão seguindo a forma esperada pela a norma brasileira de contabilidade, uma vez que, segundo ela, o contrato estabelece o preço inicial a ser cobrado pelo concessionário, regulamentando suas revisões durante a sua vigência.

Questão 20 – Em uma Ação Ordinária tramitando na esfera cível do Tribunal de Justiça do Estado Amazonas (TJ/AM), que contempla indenização por lucros cessantes, proferida numa decisão já transitada em julgado, o Contador X foi nomeado para apuração do montante (*quantum debeatur*) efetivamente devido.

Considerando o Código Civil e o Código de Ética Profissional do Contador, o perito do juízo deverá apurar os lucros cessantes da empresa autora. Contudo, ao analisar a documentação contábil digital da empresa autora, o perito contábil constatou a ausência no livro diário das assinaturas dos responsáveis da empresa, legal e técnico (contador). Em resposta a sua diligência, a empresa informou que, por ser um livro diário na forma digital, não há necessidade de constar a assinatura dos responsáveis da empresa, legal e técnico (contador). De acordo com a norma brasileira de contabilidade sobre Escrituração Contábil, assinale a opção CORRETA.

- A documentação contábil da empresa periciada é hábil, pois está revestida das características intrínsecas ou extrínsecas essenciais, definidas na legislação, na técnica-contábil ou aceitas pelos “usos e costumes”.
- Documentação contábil é aquela que comprova os fatos que originam lançamentos na escrituração da entidade e compreende todos os documentos, livros, papéis, registros e outras peças, de origem interna ou externa, que apoiam ou compõem a escrituração, independentemente da assinatura do profissional da contabilidade.
- Em caso de escrituração contábil em forma digital, não há necessidade de impressão, de encadernação em forma de livro e de assinatura digital da empresa e do profissional de contabilidade regularmente habilitado.
- **Resposta: Os livros contábeis obrigatórios, em forma digital, devem revestir-se de formalidades extrínsecas, tais como, serem assinados digitalmente pela empresa e pelo profissional da contabilidade regularmente habilitado.**

Questão 21 – A educação profissional continuada é indispensável à qualidade dos serviços prestados e contribui para a expansão dos seus conhecimentos, para o desenvolvimento de competências técnicas e profissionais, habilidades multidisciplinares, objetivando a elevação do comportamento social, moral e ético dos profissionais da contabilidade. Sobre o Programa de Educação Profissional Continuada (PEPC), julgue os itens abaixo e, em seguida, assinale a opção CORRETA.

- I. Cabe ao profissional a verificação prévia do devido credenciamento no PEPC da atividade (cursos, eventos) que pretende realizar, bem como dos pontos que serão atribuídos.
- II. O contador(a) inscrito(a) no Cadastro Nacional de Peritos Contábeis (CNPIC) devem cumprir, no mínimo, 40 (quarenta) pontos de Educação Profissional Continuada por ano-calendário. Dessa pontuação anual, no mínimo, 8 (oito) pontos devem ser cumpridos com atividades de aquisição de conhecimento.
- III. Produção intelectual de forma impressa ou eletrônica relacionada ao PEPC, por meio de: matérias publicadas; artigos técnicos em mídia eletrônica ou impressa de revistas regionais, nacionais e internacionais; estudos e trabalhos de pesquisa apresentados em congressos nacionais e internacionais; teses, dissertações ou monografias aprovadas e autoria, coautoria e/ou tradução de livros publicados é considerado aquisição de conhecimento.

Está(ao) **CORRETO(S)** o(s) item(ns):

- **Resposta: I, II e III.**
- II, apenas.
- I e III, apenas.
- II e III, apenas.

Questão 22 – Duas empresas travam uma batalha judicial acerca do controle da companhia X. Os fundadores da companhia X afirmaram que a sua situação era grave, pois estava endividada e que uma investidora compraria o negócio. Sem alternativas para se manter em funcionamento, naquele momento, os fundadores aceitaram as

condições propostas pelo comprador e propuseram transferir o controle acionário para a investidora.

Diante de tal situação, a empresa investidora contrata um assistente técnico com o intuito de mensurar o valor justo da operação, uma vez que se discute internamente entre os acionistas da investidora se a compra seria vantajosa. Com base no que dispõe nas normas brasileiras de contabilidade da Perícia Contábil e de Combinação de Negócios, julgue os itens a seguir como verdadeiros (V) ou falsos (F) e, em seguida, marque a opção **CORRETA**.

- I. A contratação do assistente técnico pela investidora decorre, entre outras razões, da necessidade de o adquirente promover uma revisão para se certificar de que todos os ativos adquiridos e todos os passivos assumidos foram corretamente identificados e, portanto, reconhecer quaisquer ativos ou passivos adicionais identificados na revisão.
- II. Em diligência pericial, o assistente técnico da investidora constatou que ela pode obter o controle da adquirida sem efetuar a transferência de contraprestação, já que a adquirida recomprou um número tal de suas próprias ações de forma que a investidora (adquirente) acabará obtendo o controle sobre ela, conforme previsto pelas citadas normas.
- III. As análises periciais realizadas pelo assistente técnico devem ter por objetivo rever os procedimentos utilizados para mensurar os valores a serem reconhecidos na data da aquisição, como exigido pelas citadas normas, para: ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos; participação de não controladores na adquirida, se houver; no caso de combinação de negócios realizada em estágios, qualquer participação societária anterior do adquirente na adquirida; e a contraprestação transferida para obtenção do controle da adquirida.
- IV. Entre os procedimentos periciais utilizados pelo assistente técnico, está o exame, que é conceituado pela norma de perícia como a análise de livros, registros das transações e documentos.

A sequência **CORRETA** é:

- F, V, V, F.
- F, F, V, V.
- V, V, F, F.
- **Resposta:** V, V, V, V.

Questão 23 – O Contador A foi designado perito judicial em um processo de lucros cessantes de uma empresa multinacional, que teve suas atividades paralisadas por 45 dias pela falta de matéria-prima, já que o seu único fornecedor pediu recuperação judicial e precisou suspender suas atividades por cerca de 50 dias. Devido à complexidade do trabalho realizado e os critérios técnicos utilizados pelo contador nomeado para apurar o quantum devido a título de lucros a serem ressarcidos, o juiz da 33ª Vara Judicial solicitou a intimação do auxiliar judicial para que comparecesse em audiência para prestar esclarecimentos de instrução e julgamento, formulando, desde logo, os quesitos. Contudo, na data estipulada o auxiliar estará se recuperando de uma cirurgia ocular. Com base no Código de Processo Civil, identifique nos itens

abaixo as condições dos prazos para adiamentos da audiência e, em seguida, assinale a opção **CORRETA**.

- I. Por convenção das partes.
- II. Se não puder comparecer, por motivo justificado, qualquer pessoa que ela deva necessariamente participar.
- III. Por atraso injustificado de seu início em tempo superior a 30 (trinta) minutos do horário marcado.
- IV. Por motivos de força maior, dispensada a comprovação em tempo não superior a 30 (trinta) minutos do horário estipulado para o início da audiência.

Estão **CORRETOS** os itens:

- I, III, e IV, apenas.
- **Resposta: I, II e III, apenas.**
- III e IV, apenas.
- I, II, III e IV.

Questão 24 – Para poder decidir qual o custo de um imóvel, o Juiz da 3ª Vara Judicial determinou a prova pericial e designou o Contador A para elaborar um laudo pericial, apontando e discriminando os itens da formação do custo do imóvel de uma incorporação imobiliária, onde o Comprador impetrou uma ação judicial, questionando os custos da obra em decorrência do aumento do saldo devedor com a Incorporadora. O objeto da perícia é certificar o real custo da obra dado que os valores contidos nas planilhas apresentadas pelo Comprador (Requerente) e a Incorporadora (Requerida) foram muito discrepantes. Para a certificação do custo do imóvel, o objeto da incorporação imobiliária compreende todos os custos incorridos para a sua obtenção. Independentemente de pagamento, o Perito Contábil deverá observar a norma brasileira de contabilidade sobre Entidades de Incorporação Imobiliária. Com base nesses dados, identifique nos itens abaixo essas condições da norma e, em seguida, assinale a opção **CORRETA:**

- I. Preço do terreno, inclusive gastos necessários à sua aquisição e regularização.
- II. As despesas com propaganda, marketing, promoções e outras atividades correlatas, mesmo que diretamente relacionadas a um empreendimento imobiliário específico, as quais fazem parte do custo de construção do imóvel.
- III. Custos diretamente relacionados à construção, inclusive aqueles de preparação do terreno, canteiro de obras e gastos de benfeitorias nas áreas comuns.
- IV. Impostos, taxas e contribuições não recuperáveis que envolvem o empreendimento imobiliário, incorridos durante a fase de construção.

Estão **CORRETOS** os itens:

- I, II e III, apenas.
- II, III, e IV, apenas.
- I, II, III e IV.
- **Resposta: I, III, e IV, apenas.**

Questão 25 – Os contadores A e X são irmãos, sendo que um atua como perito e outro como auditor; os dois possuem registro no CNPC e CNAI respectivamente. Para ampliar a sua atuação no mercado, resolvem constituir uma sociedade uniprofissional. Contudo, para mitigação dos riscos e ameaças, estão analisando minuciosamente todas as variáveis possíveis e inclusive aspectos jurídicos para a dissolução societária. No contexto de uma dissolução da sociedade, a requerimento de qualquer um dos sócios, com base no Código Civil, julgue os itens abaixo e, em seguida, assinale a opção **CORRETA.**

- I. Deve ser anulada a sua constituição.
- II. Deve haver o consenso parcial dos sócios.
- III. Deve ser exaurido o fim social, ou verificada a sua inexecutabilidade.
- IV. Deve haver a deliberação dos sócios, por maioria absoluta na sociedade de prazo indeterminado.

Estão **CORRETOS** os itens:

- **Resposta: I, III e IV, apenas.**
- I, II, e III, apenas.
- I, II, III e IV.
- II, III e IV, apenas.

Questão 26 – O Contador A foi intimado pelo Cartório da Vara para início dos trabalhos, em decorrência de sua nomeação pelo Meritíssimo Juiz para atuar na função de perito contábil em uma Ação de Exigir Contas. Na análise dos autos, o Perito Contábil constatou a inexistência de livros contábeis e documentos imprescindíveis para a elaboração da prova pericial. Diante dessa situação e sendo obrigação do profissional pautar seus trabalhos, obedecendo aos preceitos estabelecidos no Código de Ética Profissional do Contador e na norma brasileira de Perícia Contábil, julgue os itens abaixo e, em seguida, assinale a opção **CORRETA:**

- I. O Perito Contábil deve despender os esforços necessários e se munir de documentos e informações para inteirar-se de todas as circunstâncias, antes de emitir opinião sobre qualquer caso.
- II. O Perito Contábil elabora o laudo apenas com a documentação coligida aos autos.
- III. O Perito Contábil pode utilizar os meios que lhe são facultados pela legislação e as normas concernentes ao exercício de sua função, com vistas a instruir o laudo pericial contábil com as peças que julgarem necessárias.
- IV. Mediante Termo de Diligência, o Perito Contábil deve solicitar, por escrito, todos os documentos e informações relacionados ao objeto da perícia, fixando o prazo para entrega.

Estão **CORRETOS** os itens:

- I e III, apenas.

- II e III, apenas.
- **Resposta: I, III e IV, apenas.**
- I, II, III e IV.

Questão 27 – Um contador foi consultado para atuar na função de Assistente Técnico em uma Ação Indenizatória, para tanto solicitou a cópia integral dos autos do processo, para conhecer a extensão e o alcance dos trabalhos que deverão ser realizados objetivando a defesa dos pontos técnicos alegados pela parte Autora que pretende lhe contratar. Após a conclusão deste estudo preliminar, o contador apresentará sua “Proposta de Serviços Profissionais” e/ou “Orçamento Proposta”.

Com a aprovação da referida proposta e formalização da contratação de seus serviços, mediante a emissão do correspondente contrato, passou a verificar as fontes de prova em contabilidade que a sua Assistida poderá apresentar ao Perito do Juízo para a elaboração da prova pericial. Com relação a este assunto e com base no quanto definido na norma brasileira de contabilidade sobre Escrituração Contábil e no Código de Processo Civil, julgue os itens abaixo e, em seguida, assinale a resposta CORRETA:

- I. Os livros empresariais que preencham os requisitos exigidos por lei provam a favor de seu autor no litígio entre empresários.
- II. Documentação contábil é aquela que comprova os fatos que originam lançamentos na escrituração da entidade e compreende todos os documentos, livros, papéis, registros e outras peças, de origem interna ou externa, que apoiam ou compoñham a escrituração.
- III. Os livros contábeis obrigatórios, entre eles o Livro Diário e o Livro Razão, em forma digital, devem se revestir de formalidades extrínsecas.
- IV. A escrituração contábil é indivisível e, se dos fatos que resultam dos lançamentos, uns são favoráveis ao interesse de seu autor e outros lhe são contrários, ambos serão considerados em conjunto, como unidade.

Estão **CORRETOS** os itens:

- I e III, apenas.
- II e III, apenas.
- I, II e III, apenas.
- **Resposta: I, II, III e IV.**

Questão 28 – O Contador A foi nomeado para atuar na função de perito do juízo em uma Ação de Dissolução Parcial de Sociedade. Para conhecer o objeto e o objetivo da perícia, realizou minuciosa leitura e análise dos autos e constatou que se tratava de uma pequena empresa, motivando-o a relembrar os preceitos estabelecidos na norma brasileira de contabilidade para Pequenas e Médias Empresas. Como uma das etapas do seu trabalho seria baseada no levantamento e na certificação dos valores reais de todas as contas Ativas e Passivas da entidade na data do evento definido pelo juízo, focou os seus estudos para compreender as características qualitativas de informação em demonstrações contábeis. De acordo com o que disciplina a citada norma, julgue os itens abaixo e, em seguida, assinale a opção CORRETA:

- I. É inapropriado fazer, ou deixar sem corrigir, desvios insignificantes das práticas contábeis para se atingir determinada apresentação da posição patrimonial e financeira (balanço patrimonial) da entidade, seu desempenho (resultado e resultado abrangente) ou fluxos de caixa.
- II. Transações e outros eventos e condições devem ser contabilizados e apresentados de acordo com sua essência e, não, meramente sob sua forma legal. Isso aumenta a confiabilidade das demonstrações contábeis.
- III. A informação tem a qualidade da relevância quando é incapaz de influenciar as decisões econômicas de usuários, ajudando-os a avaliar acontecimentos passados, presentes e futuros ou confirmando, ou corrigindo, suas avaliações passadas.
- IV. A informação é confiável quando está livre de desvio substancial e viés, e representa adequadamente aquilo que tem a pretensão de representar ou seria razoável de se esperar que representasse.

Estão **CORRETOS** os itens:

- I e III, apenas.
- II e III, apenas.
- **Resposta: I, II e IV, apenas.**
- I, II, III e IV.

Questão 29 – O Contador A, desempenhando a função de perito do juízo em uma Ação Monitória, inclui em seu laudo interpretações tendenciosas sobre a matéria que constituía o objeto da perícia, não mantendo a sua independência profissional, transgredindo a ética da profissão contábil. Contudo, teve sua penalidade atenuada em decorrência de atitudes tomadas durante sua vida profissional. Considerando a situação exposta, à luz do Código de Ética Profissional do Contador (CEPC), identifique nas opções abaixo aquela que não é considerada como atenuante.

- Ação desenvolvida em defesa de prerrogativa profissional.
- **Resposta: Pagamento pontual da anuidade.**
- Ausência de punição ética anterior.
- Prestação de serviços relevantes à Contabilidade.

Questão 30 – A Contadora Y foi convidada para atuar na função de Assistente Técnica de uma pessoa jurídica de direito privado sem finalidade de lucros, tratando-se de uma entidade sindical. Para ser contratada, deveria ser submetida a uma dinâmica de grupo para avaliar o nível de seu conhecimento sobre a norma contábil específica que estabelece critérios e procedimentos de avaliação, de reconhecimento das transações e variações patrimoniais, de estruturação das demonstrações contábeis e as informações mínimas a serem divulgadas em notas explicativas de entidade sem

finalidade de lucros. Nesse contexto, uma das perguntas feitas para esta profissional exigia conhecimento da norma brasileira de contabilidade. Assim, com base no enunciado destes itens, julgue e assinale a opção **INCORRETA**:

- Os registros contábeis devem evidenciar as contas de receitas e despesas, com e sem gratuidade, superávit ou déficit, de forma segregada, identificáveis por tipo de atividade, tais como educação, saúde, assistência social e demais atividades.
- Os benefícios concedidos pela entidade sem finalidade de lucros a título de gratuidade devem ser reconhecidos de forma segregada, destacando-se aqueles que devem ser utilizados em prestações de contas nos órgãos governamentais.
- O valor do superávit ou déficit deve ser incorporado ao Patrimônio Social. O superávit, ou parte de que tenha restrição para aplicação, deve ser reconhecido em conta específica do Patrimônio Líquido.
- **Resposta: O trabalho voluntário, inclusive de membros integrantes dos órgãos da administração, no exercício de suas funções, não deve ser reconhecido pelo valor justo da prestação do serviço, pois não ocorreu o desembolso financeiro.**

Questão 31 – Uma concessionária de abastecimento de água adquiriu um lote de hidrômetros dos quais 60% apresentaram defeitos, sendo assim, a referida concessionária ingressou com Ação de Indenização, para a qual o Douto Juízo julgou procedente o pedido de indenização, condenando a requerida no pagamento:

- i) dos valores despendidos pela autora para aquisição dos citados hidrômetros que apresentaram defeitos;
- ii) de valores suportados para tentar regulá-los; e
- iii) dos lucros que a autora deixou de auferir em decorrência dos defeitos apresentados pelos equipamentos.

Os valores apurados em sede de liquidação de sentença deverão ser acrescidos de correção monetária a partir do ajuizamento da ação, pelo IGPM-FGV e juros de 1% ao mês a partir da citação, conforme disposto no Art. 406 do CC.

Diante da necessidade de conhecimento técnico e científico o juiz nomeou o perito contador Ç para a realização da perícia. Entre os quesitos apresentados, constou o seguinte “O que é lucro e lucro cessante?”. Para resposta ao quesito, com base na norma brasileira de contabilidade sobre ESTRUTURA CONCEITUAL e no Código Civil, assinale a opção **CORRETA.**

- Lucro é o valor residual quando as despesas excederem a receita, ou seja, o valor residual é uma perda; e Lucros Cessantes são as perdas e danos devidos ao credor, abrangendo além do que ele efetivamente perdeu, o que razoavelmente deixou de lucrar.
- **Resposta: Lucro é o valor residual que permanece após as despesas (incluindo ajustes para manutenção de capital, quando apropriado) terem sido deduzidas da receita; e Lucros Cessantes são as perdas e danos devidos ao credor, abrangendo além do que ele efetivamente perdeu, o que razoavelmente deixou de lucrar.**

- Lucro é o valor residual que permanece após as despesas (incluindo ajustes para manutenção de capital, quando apropriado) terem sido deduzidas da receita; e Lucros Cessantes são os ganhos e danos devidos ao credor, abrangendo além do que ele efetivamente ganhou, o que razoavelmente deixou de lucrar.
- Lucro é o valor residual que permanece após as despesas terem sido acrescidas a receita; e Lucros Cessantes são as perdas e danos devidos ao credor, abrangendo, além do que ele efetivamente perdeu, o que razoavelmente deixou de lucrar.

Questão 32 – Em uma Ação Revisional de Contrato c/c pedido de Repetição de Indébito Indenizatório, o juiz julgou parcialmente procedente o pedido do demandante para determinar a revisão da relação contratual mantida entre as partes, desde a data de assinatura da avença. Determinando:

- i) nula a cláusula que prevê a cobrança de juros fixados em 25% ao ano, limitando-os ao percentual de 12% ao ano;
- ii) restituição dos valores cobrados a maior, acrescido de correção monetária da data da cobrança com base no IGPM- FGV e juros de mora de um por cento ao mês calculados de forma simples, a partir da citação (01/03/XX).

Na função de assistente técnico e sabendo que o perito do juízo apurou um valor cobrado a maior equivalente a R\$100.000,00, para a data da cobrança, apure o valor atualizado para 31/10/XX, acrescido de correção monetária pelo índice IGPM- FGV (18%) e juros de mora, ao final de 8 meses. A resposta CORRETA para o atendimento ao comando judicial, por meio da certificação no parecer do assistente técnico é:

- O demandante encontrar-se-ia com um saldo credor equivalente a R\$109.440,00 para 31/10/XX.
- **Resposta: O demandante encontrar-se-ia com um saldo credor equivalente a R\$127.440,00 para 31/10/XX.**
- O demandante encontrar-se-ia com um saldo credor equivalente a R\$127.777,00 para 31/10/XX.
- O demandante encontrar-se-ia com um saldo devedor equivalente a R\$118.000,00 para 31/10/XX.

Questão 33 – O Perito Contábil nomeado para atuar no processo YY, depois de cumprido com sua obrigação, efetuou o peticionamento eletrônico do laudo pericial contábil. Porém, as partes insatisfeitas com as conclusões certificadas, bem como com as respostas apresentadas nos quesitos de esclarecimentos, no prazo e na forma do Código de Processo Civil, pairando dúvidas ainda, requerem ao Juiz ouvir o Perito em audiência. Com base no citado Código, assinale a opção CORRETA.

- Enquanto depuserem o perito, os assistentes técnicos, as partes e as testemunhas, poderão os advogados e o Ministério Público intervir ou apartear, sem licença do juiz.
- **Resposta: Enquanto depuserem o perito, os assistentes técnicos, as partes e as testemunhas, não poderão os advogados e o Ministério Público intervir ou apartear, sem licença do juiz.**

- Enquanto depuserem o perito, os assistentes técnicos, as partes e as testemunhas, poderão os advogados e o Ministério Público intervir ou apartear, apresentando outros quesitos de esclarecimentos, sem licença do juiz.
- Enquanto depuserem o perito, os assistentes técnicos, as partes e as testemunhas, não poderão os advogados e o Ministério Público intervir ou apartear, apresentando outros quesitos de esclarecimentos sem licença do juiz.

Questão 34 – A competitividade no ambiente de negócios passa pelo respeito às pessoas (ética) e às normas vigentes (integridade), para o reconhecimento do valor (confiança) e continuidade operacional das atividades. Necessitando de uma assistência técnica, um advogado buscou duas propostas de honorários para assistência técnica, com o objetivo de impugnar laudo pericial desfavorável a seu cliente. O assistente técnico “N” com vasta experiência, especialista na matéria e com conhecimento contínuo renovado, apresentou sua proposta, considerando a “a) relevância, o vulto, a complexidade, os custos e a dificuldade do serviço a executar; b) o tempo para a realização do trabalho; c) a possibilidade de ficar impedido da realização de outros serviços; d) o resultado lícito; e) a peculiaridade de se tratar de cliente eventual”, apresentando sua proposta equivalente ao valor de 10h de trabalho técnico-científico. Já o assistente técnico “C”, objetivando a conquista do seu primeiro cliente na matéria pericial, apresentou sua proposta de honorários correspondente ao valor de 2h de trabalho técnico-científico. De acordo com o Código de Ética Profissional do Contador, assinale a alternativa INCORRETA.

- **Resposta: A conduta do assistente técnico “C” está correta, pois está pensando em conquistar a contratação para a formação da sua carteira de cliente e futuramente ajustar os honorários ao valor de mercado.**
- A conduta do assistente técnico “C” deveria ser pautada nos princípios de consideração, respeito, apreço, solidariedade e harmonia da classe.
- A prática de preço vil prejudica o ambiente concorrencial e induz os potenciais clientes à errônea ideia de que a atividade de assistência pericial é de baixa complexidade ou simplista, sem muita exigência e rigor técnico.
- A conduta do assistente técnico “C” constitui infração ética e, segundo a gravidade, pode ser penalizada com a) advertência reservada, b) censura reservada ou c) censura pública.

Questão 35 – O Contador A foi contratado por uma rede hoteleira para elaborar um parecer pericial sobre os impactos da Covid-19 que estão afetando diretamente os valores dos seus ativos. Na execução do trabalho, o profissional observou as diretrizes definidas na norma brasileira de contabilidade sobre Redução ao Valor Recuperável de Ativos que reconhece as perdas pela desvalorização dos seus ativos nas demonstrações financeiras do exercício, devendo ser realizado o teste de Recuperabilidade dos Ativos (*Impairment*). Com base nos métodos recomendados para apuração do valor recuperável, contidos na citada norma, julgue os itens abaixo e, em seguida, e assinale a opção CORRETA.

- I. Valor em uso é o valor presente de fluxos de caixa futuros esperados que devem advir de um ativo ou de unidade geradora de caixa.
- II. Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.

III. Nem sempre é necessário determinar o valor justo líquido de despesas de venda de um ativo e seu valor em uso. Se qualquer um desses montantes exceder o valor contábil do ativo, este não tem desvalorização e, portanto, não é necessário estimar o outro valor. Estão **CORRETOS** os itens:

- **Resposta: I, II e III.**
- I e II, apenas.
- II e III, apenas.
- I e III, apenas.

QUESTÕES DISSERTATIVAS

Questão 31 - Você, que foi investido da função de perito do Juízo em uma perícia que demanda revisão de contabilização do valor presente de recebíveis de vendas, concluiu que o valor de R\$5.850.000,00 consignado como estimativa nas demonstrações contábeis está incorreto e que o valor correto seria R\$2.300.000,00. O assistente técnico, no seu parecer, argumenta que o seu cálculo, na condição de perito do Juízo, está equivocado porque utilizou premissa e modelo inapropriados.

Dada a divergência apresentada pela parte ré, o juiz determinou ao perito que fossem prestados esclarecimentos. Diante da situação hipotética, desenvolva o esclarecimento ratificando ou retificando, justificando-se tecnicamente em linguagem simples e com coerência lógica. Dispensada a apresentação no formato de petição.

Questão 31 - Em um processo que tramita no Tribunal de Justiça do Estado do Amapá, o perito contábil apresentou, no laudo pericial, que o valor da situação líquida patrimonial em 17/9/2019 da empresa periciada está equilibrada. As partes foram intimadas a se manifestar acerca do laudo. Contrariada com o resultado do laudo e com o objetivo de impugná-lo, a parte autora lhe contratou para atuar na função de assistente técnico. Ao analisar o laudo, você constatou que a situação patrimonial da empresa está superavaliada.

Diante deste quadro fático, elabore o seu parecer divergente, argumente tecnicamente, em linguagem simples e com coerência lógica, e indique como alcançou suas conclusões.